

Revista **a** EVOLUÇÃO



**Percebi a força do teatro
com as crianças...**

Alexandre Gatti



Filada à:
ABEC
BRASIL
Associação Brasileira de Editores de Jornais



INTERNATIONAL
SERIAL
NUMBER
DOI: 10.24036/ISSN



Platform &
workflow by
OJS / PKP

www.primeiraevolucao.com.br

Coordenaram esta edição: Manuel Francisco Neto / Vilma Maria da Silva

Organização: Manuel Francisco Neto / Vilma Maria da Silva

<https://primeiraevolucao.com.br>



<https://doi.org/10.52078/issn2675-2573.rpe.54>

Editor Responsável: Antônio Raimundo Pereira Medrado
Editor correspondente (ANGOLA): Manuel Francisco Neto

Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima
Andreia Fernandes de Souza
Antônio Raimundo Pereira Medrado
Isac Chateauneuf
José Wilton dos Santos
Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

Com. de Avaliação e Leitura:

Prof. Dr. Adeílson Batista Lins
Prof. Me. Alexandre Passos Bitencourt
Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza
Profa. Dra. Denise Mak
Prof. Dr. Isac Chateauneuf
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza
Profa. Dra. Thaís Thomaz Bovo

Bibliotecária:

Patrícia Martins da Silva Rede

Colunistas:

Prof. Dr. Adeílson Batista Lins
Prof. Dr. Isac Chateauneuf

Edição, Web-edição e projetos:

Antonio Raimundo Pereira Medrado
Lee Anthony Medrado
Vilma Maria da Silva

Contatos

Tel. 55(11) 99543-5703
Whatsapp: 55(11) 99543-5703
primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo)
netomanuefrancisco@gmail.com (Luanda)
<https://primeiraevolucao.com.br>

Imagens, fotos, vetores etc:

<https://publicdomainvectors.org/>
<https://pixabay.com>
<https://www.pngwing.com>
<https://br.freepik.com>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano 5, n. 54 (ago. 2024). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2024. 182 p. : il. color

Bibliografia

Publicação contínua desde 2020.

Bimestral aguardar

e-ISSN 2675-2573

Disponível apenas online.

Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>

DOI 10.52078/issn2673-2573.rpe.54

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

Colaboradores voluntários em:



São Paulo | 2024

Publicada no Brasil por:

Edições
Livro Alternativo
CNPJ: 28.657.494/0001-09

05 EDITORIAL

Antônio R. P. Medrado

7 DESTAQUE

ALEXANDRE GATTI

10 POIESIS

J. Witon

ARTIGOS



SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| 1. A MEDIAÇÃO TECNOLÓGICA NO ENSINO SOBRE OS POVOS ORIGINÁRIOS ANDRÉ ALVES DE ALBUQUERQUE | 11 |
| 2. A RELIGIÃO NA ESCOLA PÚBLICA: UM DESAFIO PARA A DEMOCRACIA ANTONIO RAIMUNDO PEREIRA MEDRADO | 19 |
| 3. EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA COMO ALIADAS PARA AS QUESTÕES DE GÊNERO FERNANDA JAQUELINA IRINEU HOLANDA | 25 |
| 4. AS ARTES NA EDUCAÇÃO INFANTIL: FUNDAMENTOS E BENEFÍCIOS FRANCINEUMA DE LIMA | 31 |
| 5. INCLUSÃO DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA E A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES GRAZIELA DE CARVALHO MONTEIRO | 37 |
| 6. O DIREITO DE ACESSO A UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA HERBERT MADEIRA MENDES | 43 |
| 7. TRABALHANDO AS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL JANAINA PEREIRA DE SOUZA | 55 |
| 8. PSICOMOTRICIDADE VOLTADA PARA O DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL JÉSSICA MIDORI NINOMIYA RIBEIRO | 61 |
| 9. O IMPACTO DAS ATIVIDADES LÚDICAS NO TRABALHO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL JOSENEIDE DOS SANTOS GOMES | 67 |
| 10. GESTÃO ESCOLAR E A COMPLEXIDADE ADMINISTRATIVA DA ADMINISTRAÇÃO MARIA APARECIDA DA SILVA | 73 |
| 11. POLÍTICAS PÚBLICAS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E SUA INFLUÊNCIA NA CULTURA ALIMENTAR E NA CONCEPÇÃO DE ALIMENTAÇÃO DOS EDUCADORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO PAULO: ANÁLISE HISTÓRICA MARIA DE FÁTIMA DE BRUM CAVALHEIRO | 79 |
| 12. ARTICULAÇÃO ENTRE OS ESPAÇOS EDUCATIVOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL MARIA DE FÁTIMA COSTA ROCHA | 89 |
| 13. PROPOSTA DE ACTIVIDADES DIDÁCTICAS PARA A PROMOÇÃO DAS "ARTES PLÁSTICAS" NOS ALUNOS DO ENSINO PRIMÁRIO DA ESCOLA PRIMÁRIA Nº 20 "AUGUSTO NGANGULA" EM NDALATANDO MÁRIO ANTÓNIO TULUMBA | 95 |
| 14. A FUNÇÃO DA AVALIAÇÃO FORMATIVA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NELSON MARCOS CORREIA PEDRO | 109 |
| 15. O PAPEL DA GESTÃO DEMOCRÁTICA COMO POTÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES NO CENTRO EDUCACIONAL UNIFICADO – CEU DE ARICANDUVA DA REDE MUNICIPAL DE SÃO PAULO ROSELI MARCELLI SANTOS DE CARVALHO | 115 |
| 16. ENSINO HÍBRIDO: MODELOS, DESAFIOS E BENEFÍCIOS ROSINALVA DE SOUZA LEMES | 131 |
| 17. BRINCADEIRAS TRADICIONAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM TRAÇO CULTURAL SILVIA HARUE YOGUI | 137 |
| 18. CONFLITOS ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA SOBRE A SEXUALIDADE SIMONE DE CÁSSIA CASEMIRO BREMECKER | 143 |
| 19. MATERIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCATIVAS SOBRE AS COMPETÊNCIAS DE APRENDIZAGEM NOS ALUNOS DA 6ª CLASSE NA PROVÍNCIA DO UÍGE TAVARES DOS SANTOS MUHONGO | 151 |
| 20. AS DIFICULDADES DE CRIANÇAS HIPERATIVAS E AS INTERVENÇÕES DOCENTES VIVIANE DE CÁSSIA ARAUJO | 159 |
| 21. IMPLICAÇÕES DA RELAÇÃO SAUDÁVEL ENTRE PROFESSORES E ALUNOS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM WILDER DALA QUINJANGO | 165 |
| 22. O DESENVOLVIMENTO DA PERSONALIDADE E A PSICANÁLISE WIVIAN LINARES DE SOUZA | 171 |

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião da revista.

**ESTA REVISTA É MANTIDA E FINANCIADA POR PROFESSORAS E PROFESSORES.
SUA DISTRIBUIÇÃO É, E SEMPRE SERÁ, LIVRE E GRATUITA.**

A **REVISTA PRIMEIRA EVOLUÇÃO** é um projeto editorial idealizado pela **Edições Livro Alternativo** com o objetivo de **empoderar e inspirar educadores** na jornada de compartilhar suas pesquisas, estudos, experiências e relatos de vivências.

UM CORPO EDITORIAL DE EXCELÊNCIA:

Nossa equipe conta com especialistas, mestres e doutores(as), todos com vasta experiência na rede pública de ensino, além de profissionais experientes nas áreas do livro e da tecnologia da informação. Essa expertise garante a qualidade e o rigor científico das publicações da revista.

INDEPENDÊNCIA E AUTONOMIA:

Um dos nossos diferenciais é a total independência, viabilizada pelo **financiamento colaborativo de professores e professoras**. Essa autonomia nos permite defender a liberdade de expressão e a diversidade de ideias, priorizando a qualidade dos conteúdos e o impacto positivo na educação.

PROPÓSITOS QUE IMPULSIONAM A TRANSFORMAÇÃO:

- **Promover o debate** crítico e reflexivo sobre os diversos aspectos da educação, com base nas vivências, pesquisas, estudos e experiências dos profissionais da área;
- **Proporcionar a publicação** de livros, artigos e ensaios que contribuam para o aprimoramento da educação e o desenvolvimento profissional dos educadores;
- **Apoiar a publicação** de obras de autores independentes, democratizando o acesso à informação e promovendo a diversidade de vozes;
- **Incentivar o uso de softwares livres** na produção de materiais didáticos e na difusão do conhecimento, promovendo a inclusão digital e a redução de custos;
- **Fomentar a produção de livros** por professores e autores independentes, reconhecendo e valorizando a experiência e o saber dos profissionais da educação;

PRINCÍPIOS QUE GUIAM A NOSSA ATUAÇÃO:

- **Priorizar trabalhos voltados para a educação**, cultura e produções independentes, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e democrática;
- **Utilizar exclusivamente softwares livres** na produção de livros, revistas e materiais de divulgação, promovendo a transparência, a colaboração e a acessibilidade;
- **Incentivar a produção de obras coletivas** por profissionais da educação, fomentando a colaboração e o compartilhamento de conhecimentos;
- **Publicar e divulgar livros de professores** e autores independentes, valorizando a diversidade de vozes e perspectivas na educação;
- **Respeitar a liberdade e autonomia** dos autores, garantindo a originalidade e a autenticidade das obras publicadas;
- **Combater o despotismo, o preconceito e a superstição**, defendendo os valores da democracia, da tolerância e do respeito à diversidade;
- **Promover a diversidade e a inclusão**, valorizando as diferentes culturas, identidades e experiências presentes na comunidade educacional.

A **REVISTA PRIMEIRA EVOLUÇÃO** é mais do que uma revista, é um movimento pela transformação da educação, um espaço para a colaboração, o aprendizado e a inovação.

Junte-se a nós e faça parte da construção de um futuro mais promissor para a educação!

Filiada à: _____



Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres



Platform & workflow by OJS / PKP

O PAPEL DA GESTÃO DEMOCRÁTICA COMO POTÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES NO CENTRO EDUCACIONAL UNIFICADO – CEU DE ARICANDUVA DA REDE MUNICIPAL DE SÃO PAULO¹

ROSELI MARCELLI SANTOS DE CARVALHO²

ORIENTADORA: PROF^ª DR^ª ROSEMARY ROGGERO³

RESUMO

Os CEUs – Centros Educacionais Unificados – foram criados como uma política pública para proporcionar espaços educacionais e socioculturais integrados, visando fortalecer a cidadania e a participação comunitária. Este artigo é parte de uma pesquisa que aborda a gestão democrática no Centro Educacional Unificado (CEU) Aricanduva, localizado na periferia de São Paulo. O estudo apresenta práticas que revelam como a gestão democrática pode fomentar a inclusão social, combater a pobreza e reduzir as desigualdades sociais, promovendo uma sociedade mais justa e igualitária. Com base em observação participante, pesquisa documental e entrevistas, a pesquisa examina a atuação da equipe gestora na efetivação de atendimentos e ofertas à população que frequenta o equipamento. O CEU Aricanduva foi escolhido para este estudo por ser um exemplo representativo dessa proposta, destacando-se na promoção da inclusão social em áreas de alta vulnerabilidade. Enquanto o objetivo geral dessa pesquisa é investigar e analisar como o CEU Aricanduva garante o direito ao acesso às atividades oferecidas, entendendo os alunos e usuários como sujeitos de direitos, e investiga como são acolhidas e encaminhadas as questões interpessoais pela gestão, os objetivos específicos são: descrever a atuação da equipe gestora por meio de práticas democráticas; identificar a constituição e acompanhamento das instâncias participativas, como o Conselho Gestor e a Associação de Pais e Mestres, Servidores, Usuários e Amigos dos Centros Educacionais Unificados (APMSUAC). Este artigo revela que a gestão democrática no CEU Aricanduva contribui significativamente para a promoção da cidadania e o desenvolvimento comunitário, evidenciando a importância de políticas públicas integradas na construção de espaços educacionais e socioculturais que atendam às necessidades das populações periféricas.

Palavras-chave: CEU Aricanduva. Gestão Democrática. Práticas de Gestão Democrática. Políticas Públicas.

1 INTRODUÇÃO

A Gestão Democrática é princípio garantido por meio da Constituição Federal de 1988, que deve permear a educação pública, contribuindo com desenvolvimento da cidadania, da emancipação, da participação, do pluralismo,

da autonomia e da transparência, sendo a Educação um processo social, no qual se deve destacar constantemente o exercício da cidadania, favorecendo o respeito, os direitos humanos, a solidariedade e o diálogo. (Alvim, 2005)

¹ Relatório de qualificação apresentado ao Programa de Mestrado em Gestão e Práticas Educacionais (PROGEPE) da Universidade Nove de Julho (Uninove).

² Mestranda em Práticas Educacionais pela Universidade Nove de Julho. Graduada em Educação Física e Pós-Graduada em diversas áreas. Exerceu a função Coordenadora da Coordenadoria dos CEUs e Coordenadora de Projetos da Universidade Camilo Castelo Branco. Integrante da Rede Municipal de Ensino há 38 anos, atualmente compõe o Gabinete da Secretaria Municipal de Educação na função de Assessora Interterritorial.

³ Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Rosemary Roggero. Ex-secretária de Educação do Município de Mogi das Cruzes e Doutora em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Então, os órgãos públicos devem ter como princípios basilares a democracia e os direitos humanos, desde a concepção dos equipamentos até o funcionamento, constituindo-se como contextos educativos, formadores de valores, que cumpram a sua finalidade social de formar cidadãos que possam viver em um país democrático, de modo autônomo e interdependente, participando da sociedade como sujeitos de direitos, contribuindo para o fortalecimento dos valores da solidariedade, da justiça e da responsabilidade com o ambiente e a coletividade. (LIBÂNEO, 2008)

Nesse sentido, investigar práticas que revelem como acontece a gestão democrática nas escolas públicas e quais os seus impactos no funcionamento das unidades de ensino é importante para o planejamento e o desenvolvimento de ações que propiciem um direcionamento para o progresso da educação no ensino público. (PARO, 2016)

Os Centros Educacionais Unificados são equipamentos públicos que têm como principal responsabilidade a oferta de atividades culturais, educacionais e esportivas aos moradores dos territórios em que se situam, em regiões que apresentam vulnerabilidade social. Por isso, esses equipamentos estão nas periferias da cidade. A concepção de CEU propõe uma educação integral e integradora, inclusiva e potente na perspectiva de oportunizar o acesso a experiências curriculares e extracurriculares, a partir de diferentes linguagens que terão repercussão no desenvolvimento integral dos bebês, crianças, jovens, adultos e idosos. (FIGLIOLINO, 2014)

Por meio do trabalho coletivo é possível chegar a um conjunto de propostas que atenda às atuais necessidades das demandas sociais. Por isso, a gestão democrática cumpre seu papel estratégico como um espaço de ações, trocas de experiência e laboratório de inovações. (CHAGAS, 2009)

A Gestão Democrática impulsiona mudanças de comportamentos, fomenta as questões da vida com valores essenciais para o

exercício da democracia dando voz aos sujeitos como protagonistas na construção coletiva de uma sociedade melhor, por meio do fortalecimento da gestão democrática e, também, participativa, abrindo espaço para reflexão e construção coletiva. É ainda pilar que evidencia que os órgãos públicos democráticos atendem a partir da premissa da qualidade social e em atendimento ao direito de todos de acesso à educação e cultura. (PINTO, 2023)

Tendo em vista a importância social da criação dos CEUs, que devem, como política pública, favorecer e impulsionar a inclusão, o combate à pobreza e às desigualdades sociais, este artigo se mostra relevante para o conhecimento das ações propostas e práticas nesses espaços, bem como da importância da atuação da equipe gestora, que inclui diretor do CEU e coordenadores dos núcleos (Núcleo de Esporte e Lazer, o Núcleo de Ação Cultural e o Núcleo de Ação Educacional), na perspectiva da gestão democrática e participativa. (SANCHES, 2014)

Longas trajetórias de educadores, entre os quais as autoras, na rede pública municipal, sempre mostrou necessário olhar para questões da vida democrática e formação do exercício de cidadania ativa, essenciais para promoção de uma sociedade mais justa e igualitária. Quando pensamos em relações democráticas ou gestão democrática, entendemos pensar no que é justo, do que é mais necessário e do que deve ser mantido, para a transformação da sociedade, pois entendemos que a democracia é guiada pelo diálogo, respeito mútuo, participação solidária em prol de um bem comum.

Nesse contexto surgiu o problema de pesquisa: como se dá a atuação de uma equipe gestora na perspectiva de práticas vinculadas à gestão democrática, de modo a efetivar os atendimentos/ofertas à população que frequenta o CEU Aricanduva? De que forma essa atuação contribui para a cidadania dos alunos e usuários desse equipamento?

Hipótese 1: A atuação da equipe gestora de um CEU começa pelo modo como cuida da constituição do Conselho Gestor e da Associação

de Pais e Mestres, Servidores, Usuários e Amigos dos Centros Educacionais Unificados (APMSUAC). A formação desses organismos é fundamental para garantir a participação ativa da comunidade nas decisões e na gestão do CEU, promovendo a gestão democrática e a corresponsabilidade no uso e manutenção dos espaços e serviços oferecidos (ROGGERO; BIOTO-CAVALCANTI, 2017).

Hipótese 2: A atuação da equipe gestora contribui para a cidadania dos alunos e usuários do equipamento de diversas formas. Primeiramente, ao promover a participação da comunidade nos processos decisórios, a gestão incentiva o exercício da cidadania ativa. Além disso, a oferta de atividades culturais, esportivas e educativas integradas possibilita o desenvolvimento de habilidades sociais, culturais e cívicas, preparando os alunos e usuários para uma participação mais plena na sociedade.

O objetivo é investigar e analisar como o CEU Aricanduva garante o direito ao acesso às atividades oferecidas, entendendo os alunos e usuários como sujeitos de direitos, e investiga como são acolhidas e encaminhadas as questões interpessoais pela gestão. Os objetivos específicos são: descrever a atuação da equipe gestora por meio de práticas democráticas; identificar a constituição e acompanhamento das instâncias participativas, como o Conselho Gestor e a Associação de Pais e Mestres, Servidores, Usuários e Amigos dos Centros Educacionais Unificados (APMSUAC).

Para o desenvolvimento desta pesquisa, utilizamos diversas fontes oficiais e documentos escritos que fazem referência ao funcionamento da rede de ensino da cidade de São Paulo. Foram analisadas legislações pertinentes e consultados trabalhos acadêmicos e científicos que destacam a estrutura, funcionamento e inserção do CEU na comunidade. Além disso, focamos na documentação do CEU Aricanduva, especialmente no seu Projeto Político-Pedagógico. Realizamos observações do contexto escolar e conduzimos entrevistas com profissionais de diferentes segmentos que atuam no CEU.

2 POLÍTICA PÚBLICA DOS CEUS

Moacir Gadotti (2006) afirmou, sobre a criação dos CEUs, na capital paulista:

A concepção e implantação dos CEUs no Município de São Paulo beneficiou-se de toda uma história de tentativas de construção de projetos pedagógicos de atendimento à demanda educacional das classes populares. A maioria desses projetos inspira-se na "Escola Parque" do educador Anísio Teixeira, lançado no Estado da Bahia em 1950. Entre eles, destacam-se: os CIEPs (Centros Integrados de Educação Pública) do Rio de Janeiro (1983- 1987), os PROFICs (Programas de Formação Integral da Criança) do Estado de São Paulo (1986), os CIACs (Centros Integrados de Atendimento à Criança e ao Adolescente), criados por Fernando Collor de Mello em 1991 e os CAICs (Centros de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente), criados em 1994 pelo Ministro da Educação Murílio Avellar Hingel do governo do Presidente Itamar Franco.

Gadotti (2012) explana de modo bastante crítico sobre os destinos desastrosos das iniciativas CIEPs e CAICs, que se constituíram em prédios muito caros e manutenção com valores, por vezes, até três vezes mais que em escolas comuns.

O autor ressalta que o objetivo era fortalecer a escola pública, associando-a ao desenvolvimento comunitário, localizando os CEUs nas áreas periféricas e mais pobres da cidade. Assim, nasceu um projeto de educação popular e cidadã, que visava tratar o povo com dignidade e respeito. Desde sua origem, o projeto dos CEUs foi concebido como uma proposta intersetorial, integrando diversas áreas como meio ambiente, educação, emprego e renda, participação popular, desenvolvimento local, saúde, cultura, esporte e lazer.

O Centro Educacional Unificado (CEU) faz parte da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. Ele é composto por um Centro de Educação Infantil, uma Escola Municipal de Educação Infantil, uma Escola Municipal de Ensino Fundamental, um teatro, uma biblioteca, um telecentro, além de espaços destinados a atividades esportivas e artísticas. As atividades

são organizadas em três núcleos: o Núcleo de Esporte e Lazer, o Núcleo de Ação Cultural e o Núcleo de Ação Educacional, que também gerenciam os espaços e equipamentos relacionados às suas áreas de atuação. O projeto foi criado durante a gestão de Marta Suplicy (Partido dos Trabalhadores, 2001-2004) e mantido pelas administrações de José Serra (Partido da Social Democracia Brasileira, 2005-2006) e Gilberto Kassab (Democratas/Partido Social Democrático, 2006-2012).

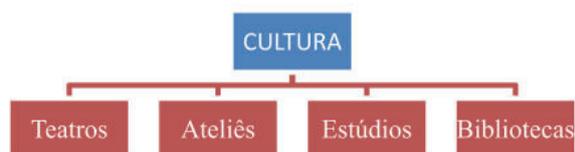
As gestões de João Dória, Bruno Covas e Ricardo Nunes continuaram a expansão com o conceito de “Território CEU,” que inclui a interligação de novos centros com equipamentos públicos existentes. Essa abordagem permitiu um uso mais eficiente do espaço urbano e continuou a oferecer serviços educacionais e culturais integrados à comunidade (MACEDO, 2019).

Durante a administração de Bruno Covas na Prefeitura de São Paulo, em seu Estatuto “Currículo da cidade: Educação Infantil”, os CEUs se mantiveram como prioritários na formação de crianças e adolescentes, inclusive de bebês.

Os componentes educacionais dos CEUs desempenham um papel crucial na formação integral dos alunos, oferecendo uma educação de qualidade e acessível. O CEI - Centro de Educação Infantil, a Escola Municipal de Educação Infantil (EMEIs) e a Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEFs) proporcionam a base para o desenvolvimento acadêmico e social, enquanto as bibliotecas e salas de informática expandem as oportunidades de aprendizado e inclusão digital. Essa estrutura educacional integrada contribui significativamente para a promoção da equidade e do desenvolvimento humano nas comunidades atendidas pelos CEUs.

A seguir, esquemas detalhados sobre a estrutura dos CEUs:

Figura 1 – Esquema contendo os componentes de Cultura do CEU



Fonte: Elaboração da autora, 2024

A área cultural dos CEUs é especialmente relevante para promover o desenvolvimento integral dos cidadãos, oferecendo múltiplas oportunidades de acesso à arte e à cultura. A área cultural dos CEUs com os teatros, os ateliês, os estúdios e as bibliotecas são componentes que fornecem acesso a uma ampla gama de atividades culturais e educativas. Esses espaços não apenas enriquecem a vida cultural das comunidades atendidas, mas também permitem promover a inclusão social, o desenvolvimento de habilidades artísticas e intelectuais, e o fortalecimento da identidade comunitária.

Figura 2 – Esquema contendo os componentes de Esportes e Lazer do CEU



Fonte: Elaboração da autora, 2024

Os espaços destinados a esportes e lazer nos CEUs com as quadras poliesportivas, piscinas, sala de dança e ginástica, pista de skate, campos de futebol e áreas de convivência não apenas incentivam a prática esportiva, mas também servem como catalisadores para a integração social, o bem-estar físico e mental, e o desenvolvimento comunitário. Esses elementos demonstram a visão abrangente e integradora dos CEUs, que vai além da educação formal para incluir aspectos essenciais do desenvolvimento humano. (Figura 3)

Figura 3 – Esquema contendo os componentes de Serviços à Comunidade do CEU



Fonte: Elaboração da autora, 2024

Os postos de atendimento ao cidadão, nos CEUs, funcionam como uma ponte entre o governo municipal e a comunidade, facilitando o acesso a informações e serviços essenciais. Os serviços à comunidade oferecidos pelos CEUs,

como os postos de atendimento ao cidadão e as atividades de capacitação e formação profissional, desempenham um papel vital no fortalecimento social e econômico das comunidades atendidas. Ao integrar esses serviços em um único espaço, os CEUs podem atender de forma abrangente e eficaz as diversas necessidades da população, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico das regiões onde estão localizados.

O CEU também oferece formação estratégica, em parceria com o Governo Federal e as instituições públicas de Ensino Superior, que visam ofertar qualificação profissional aos municípios da cidade de São Paulo e região, por meio da UniCEU.

Após a criação dos primeiros Centros Educacionais Unificados (CEUs) em São Paulo em 2003, durante a gestão de Marta Suplicy, aconteceram o que ficou conhecido como ondas de expansão e criação de novos CEUs em administrações subsequentes. Assim, podemos apresentar essas ondas como segue:

PRIMEIRA ONDA (2001-2004)

Durante a gestão de Marta Suplicy, foram inaugurados 21 CEUs. Esses centros combinavam educação infantil e fundamental, além de equipamentos culturais e esportivos, como bibliotecas, teatros e piscinas.

SEGUNDA ONDA (2005-2012)

Inicialmente, o prefeito José Serra suspendeu a construção de novos CEUs. Contudo, a expansão foi retomada na gestão de Gilberto Kassab, resultando na criação de mais 24 CEUs, com um novo projeto arquitetônico, desenhado por Walter Mahkrol.

TERCEIRA ONDA (2013-2016)

Sob a administração de Fernando Haddad, foi planejada a construção de 20 novos CEUs, embora apenas o CEU Heliópolis tenha sido concluído, devido a restrições orçamentárias.

QUARTA ONDA (2017-PRESENTE)

As gestões de João Doria, Bruno Covas e Ricardo Nunes continuaram a expansão com o conceito de “Território CEU,” que inclui a interligação de novos centros com equipamentos públicos existentes. Essa abordagem permitiu um uso mais eficiente do espaço urbano e continuou a oferecer serviços educacionais e culturais integrados à comunidade (MACEDO, 2019).

Essas ondas remetem a ideia de que o projeto funciona e que possibilita a manutenção de um compromisso contínuo com a expansão e a melhoria dos CEUs, destacando sua importância na promoção de educação, cultura e esportes em São Paulo, conforme indicado por um dos sindicatos da área da educação na rede municipal:

Os CEUs têm por diretriz defender e garantir os direitos constitucionalmente assegurados, atendendo à comunidade local como serviço público e gratuito, respeitadas as características socioculturais do território, sem quaisquer tipos de preconceitos ou discriminações de sexo, orientação sexual, identidade de gênero, cor, raça, etnia, nacionalidade, situação socioeconômica, credo religioso, político, idade ou de outra natureza, por meio da participação e interação social, adotados como referência os princípios da Cidade Educadora [...] (SINESP, 2024).

Durante a administração de Bruno Covas, na Prefeitura de São Paulo, por meio do “Currículo da cidade: Educação Infantil”, os CEUs se posicionaram como prioritários na formação de crianças e adolescentes, inclusive de bebês como destacado abaixo:

Nem sempre os territórios são acolhedores com os bebês e as crianças; portanto, articular mudanças nos territórios com as famílias/responsáveis para construir espaços mais gentis e de brincadeira para as crianças no território é também função da escola. Nos Centros Educacionais Unificados (CEUs), por exemplo, é possível atender às necessidades dos bebês e das crianças por meio do desenvolvimento de projetos culturais, esportivos e de lazer. Nas escolas que não possuem essa situação tão favorável, é fundamental ofertar outras

oportunidades na comunidade do entorno (COPEP, 2019, p. 26).

A Coordenadoria Pedagógica (COPEP) é responsável pela elaboração, atualização e regulamentação do currículo da Educação Básica. Suas atribuições incluem a proposição de diretrizes pedagógicas, bem como a definição dos materiais e recursos educacionais necessários, abrangendo também a implementação de tecnologias para o Ensino Fundamental e Médio.

Além do princípio de gestão democrática, os CEUs possuem órgãos de fomento à participação, que contribuem para a implementação desse modelo, por meio do Conselho Gestor.

3.1 O CONSELHO GESTOR

São muitos os desafios deste colegiado, pois para garantir uma educação de qualidade é necessário que cada vez mais a comunidade se faça presente no ambiente, para a possibilidade de diálogo, para oportunizar a reflexão crítica e uma atuação pautada na corresponsabilidade para superar os desafios que ainda temos no sistema educacional.

3.2 GESTÃO DEMOCRÁTICA

Campos (2007, p. 64) argumenta que a gestão escolar liga-se a um histórico de lutas empenhadas no sentido de redemocratizar o ensino e também às seguintes questões: “os diferentes espaços de organização horizontal, tomadas de decisão compartilhadas, busca da autonomia, formas diferenciadas de participação de pais, alunos, professores, gestores e toda a comunidade”.

Sabemos que o Brasil tem uma história que criou uma cultura de comandos autoritários de mandatos legais, baseados mais no direito da força do que na força do direito. E mudar mentalidades formadas para a submissão, o respeito à ordem e a obediência às regras impostas, não é tarefa fácil.

Por conseguinte, encontramos, em nosso meio, comportamentos de toda ordem,

explicitando a inércia, a rivalidade, o corporativismo, o preconceito, a desconfiança, o desinteresse pela mudança e pelo novo, o conformismo, a falta de perspectivas e a incapacidade de enxergar novas possibilidades. (DALBERIO, 2008)

O desenvolvimento da autonomia e da gestão democrática nas escolas é parte integrante de um projeto de cunho macroeconômico, no qual os indivíduos devem estar conscientes da necessidade de viverem livres da dominação ideológica e de compreenderem os mecanismos de formação das ideologias. Como observado por Freire (2003, p. 11), enquanto seres políticos, os seres humanos não podem negligenciar sua consciência do ser ou do estado do ser. É imprescindível que se envolvam de forma contínua no domínio político, reestruturando constantemente as bases sociais e econômicas que fundamentam as relações de poder e originam as ideologias. A verdadeira vocação humana não consiste em ser dominada, oprimida, moldada ou dirigida, mas sim em “ser mais”, em contribuir para a construção e reconstrução de sua própria história, intervindo ativamente em seu ambiente. (DALBERIO, 2008, p. 2)

O processo de democratização da gestão escolar caminhou, paralelamente, com o processo de redemocratização do Brasil, porque o período vivido sob a ditadura militar de 1964 a 1984 marcou uma luta incessante dos profissionais da educação e dos intelectuais, a exemplo de Paulo Freire, para a obtenção de uma escola pública, de qualidade, despida de ideologias dominantes e apoiada fortemente nos princípios da cidadania: igualdade, liberdade e fraternidade. (Santos, 2011)

Nesse sentido, Freire (2003, p. 11) já nos alertava de que como seres políticos, os homens não podem deixar de ter consciência do seu ser ou do que está sendo, e “é preciso que se envolvam permanentemente no domínio político, refazendo sempre as estruturas sociais, econômicas, em que se dão as relações de poder e se geram as ideologias”. A vocação do ser

humano não é de ser dominado, massacrado, modelado ou dirigido, mas, de “ser mais”, fazer e refazer a sua história, intervindo no seu meio. (DALBERIO, 2008, p. 2)

Segundo Luce; Medeiros (2008), os anos 80, 90 e o início desse século XXI foram marcados por grandes transformações em nível mundial, em termos socioeconômicos, culturais, devido ao processo de transnacionalização da economia e de um intenso intercâmbio de conhecimentos, padrões, hábitos, no âmbito social e cultural, principalmente pelo advento de novas tecnologias da informação e da comunicação. Essa avalanche de mudanças provocaram alterações na forma de atuar dos entes públicos na implementação de políticas públicas, que tendem à descentralização do poder e das responsabilidades, quando os governos centrais transferem às comunidades locais os poderes de decisão e de gestão. Esse movimento global chegou à educação no Brasil que conheceu a municipalização do ensino, que trouxe para os municípios a maior parte das responsabilidades da educação, a exemplo do que ocorrera com a saúde.

A gestão democrática da educação formal está associada ao estabelecimento de mecanismos legais e institucionais e à organização de ações que desencadeiem a participação social: na formulação de políticas educacionais; no planejamento; na tomada de decisões; na definição do uso de recursos e necessidades de investimento; na execução das deliberações coletivas; nos momentos de avaliação da escola e da política educacional. Também a democratização do acesso e estratégias que garantam a permanência na escola, tendo como horizonte a universalização do ensino para toda a população, bem como o debate sobre a qualidade social dessa educação universalizada, são questões que estão relacionadas a esse debate. Esses processos devem garantir e mobilizar a presença dos diferentes atores envolvidos, que participam no nível dos sistemas de ensino e no nível da escola. (Luce; Medeiros, 2008, p. 2)

O novo discurso é baseado na reforma educacional que inclui a democratização da gestão para atribuir autonomia para as unidades escolares que devem manter níveis de excelência

no ensino, valorização e desenvolvimento cognoscitivo, psíquico e profissional dos estudantes. O novo cenário impõe a necessidade de considerar a diversidade, as diferenças locais e reforçar as economias locais para um maior crescimento autônomo das comunidades locais, segundo Luce; Medeiros (2008).

Dois elementos essenciais para desenvolver a educação como política social, que tem por responsabilidade a transformação dos sujeitos e da própria instituição escola, são a autonomia e a participação. Assim, surgem novas formas de gerir as escolas e sugestões para que a autonomia e a participação ocorram de forma efetiva. A eleição de diretores de escola e a formação de conselhos escolares são métodos mais democráticos de gestão. Um elemento essencial nesse contexto é a descentralização financeira, onde o governo, em suas diversas esferas, transfere recursos públicos para as unidades de ensino, permitindo que sejam gerenciados de acordo com as decisões de cada comunidade escolar. Esses aspectos estão delineados na legislação local, nos regimentos escolares e nos regulamentos internos de órgãos como o Conselho Escolar e a Assembleia da Comunidade Escolar. (LUCE; MEDEIROS, 2008)

Há uma nova forma de entender o conhecimento, que desencadeia atitudes renovadas nas mediações educativas e na implementação de novos sistemas de avaliação.

A Constituição Federal de 1988, no seu art. 5º, *caput*, estabelece entre outros, o direito à vida como princípio constitucional, dessa forma, é parte essencial para alicerçar um Estado Democrático de Direito. O artigo citado na íntegra: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade privada”. (BRASIL, 1988)

Segundo Joaquim (2009), o direito à vida é o que alicerça todos os outros direitos, por ser primordial, pois sem ele os outros perderiam a razão de ser, pois a vida humana como

pressuposto elementar, suporta todos os demais direitos explícitos na Constituição Federal de 1988, direito esse que é tido como limite máximo sem o qual nenhum outro direito tem valor, não tem existência caso ele não esteja assegurado.

A gestão democrática na educação pressupõe a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar na tomada de decisões. Nesse contexto, a eleição de diretores desempenha um papel crucial, pois é por meio desse processo que a comunidade escolar pode exercer sua autonomia e escolher os gestores que melhor representem seus interesses.

No entanto, a realidade muitas vezes é diferente, pois, em muitas escolas, o processo de eleição de diretores é marcado por falta de transparência, influência política e baixa participação da comunidade escolar. Isso pode resultar na escolha de gestores que não necessariamente representam os interesses da comunidade, comprometendo a qualidade da educação e o clima escolar. (BATTISTI; CAETANO, 2023)

É fundamental, portanto, repensar esse processo e buscar formas de torná-lo mais democrático e participativo. Isso pode envolver a implementação de mecanismos de consulta e participação popular, como assembleias escolares e debates públicos. Além disso, é importante garantir a representatividade de todos os segmentos da comunidade escolar no processo eleitoral, garantindo que as vozes de pais, alunos, professores e funcionários sejam ouvidas e consideradas. (ROSÁRIO MOTA; SILVA BERNADO, 2023)

3.2.1 IMPORTÂNCIA DA DEMOCRACIA

A gestão democrática pode atuar de maneira relevante junto ao processo educacional com a possibilidade de coordenar atitudes e ações em cujas propostas se coloca fortemente a participação social, na qual a comunidade escolar é considerada como “sujeito ativo” em todo processo e participando de todas as decisões, favorecendo as reformulações coletivas.

Nela, a participação é uma prática polissêmica que não se apresenta de modo padronizado, e a rotina não acontece de maneira fácil, pois exige dinâmica própria e com níveis adequados para cada órgão em sua especificidade. Não existe uma fórmula pronta ou participação única.

Discursar sobre os caminhos percorridos na minha carreira deu sentido à educadora que sou hoje e consolidou o meu fazer pedagógico, onde vivenciei a real prática educativa, construída com base no respeito e dedicação.

Apresento como um dos autores de referência, o educador Paulo Freire, em diálogo com concepções e reflexões que versam sobre a importância da atuação democrática, em cujas obras se agregam outros estudos de valor análogo. Segundo Freire (2001, p. 15):

Não se faz nem se vive a substantividade democrática sem o pleno exercício deste direito que envolve a virtude da tolerância. Talvez as Cidades pudessem estimular as suas instituições pedagógicas, culturais, científicas, artísticas, religiosas, políticas, financeiras, de pesquisa para que, empenhando-se em campanhas com esse objetivo, desafiassem as crianças, os adolescentes, os jovens a pensar e a discutir o direito de ser diferente sem que isso signifique correr o risco de ser discriminado, punido, ou, pior ainda, banido da vida.”

As ações do território contribuíram para esse exercício democrático, quando obtive, após muito esforço e com êxito, a inclusão social e o aumento do desenvolvimento educacional, fatores que garantiram aos sujeitos acesso às diferentes atividades, que sempre privilegiei em minhas práticas. Em momentos marcados pela violência compreendi que o exercício da tolerância é muito relativo nos meios dessa comunidade. Itani (apud Aquino, 1998, p. 131) pode esclarecer melhor a tolerância como defesa da liberdade:

Do lado da atitude de preconceito, que é a noção formada sobre o outro, há a intolerância, que é a negação do outro como tal. No entanto, é preciso levar em conta que não somos coletivamente tolerantes com o outro por natureza. A intolerância com o outro não é uma criação, mas ela está posta, como um

conflito com o outro que pode impregnar-se em mim, como uma alteridade radical. A hostilidade a esse outro, estranho, é reconhecida pelo perigo que ele representa para o meu “eu”, que posso tornar-me a ser esse outro.

Examinando esses conceitos pode-se pensar na autonomia dos estudantes em tomar decisões sobre o seu aprendizado e sobre suas vidas. Estudantes motivados conseguem estabelecer metas, escolher métodos de estudos, aumentar o engajamento e a motivação, tornando a aprendizagem mais prazerosa e significativa.

A educação democrática que envolvia os estudantes nas tomadas decisões sobre os diferentes assuntos que afetavam suas vidas escolares, convidava-os também, a fazer parte das instâncias participativas, a formar Grêmios Estudantis (comentários adiante), a ter voz nos conselhos de escola e nas comissões de planejamento escolar, opinando nas escolhas das atividades extracurriculares.

Quando juntávamos vários atores que compunham a comunidade escolar (professores, gestores, servidores, pais e estudantes), promovíamos a transparência e a responsabilidade. Sabíamos que era importante implementar esses princípios, mas que, sem dúvida, tratava-se de um desafio e exigia uma reconstrução na cultura escolar.

Foi nesse sentido que insisti na premissa de que a democracia e autonomia é pensar em preparar os estudantes não apenas para os conhecimentos acadêmicos, mas também para pensamento crítico, resolução de problemas e cidadania ativa, tornando-os membros comprometidos e informados de suas comunidades e sociedades. Foram tomando posse dessas ideias aos poucos.

Ao trabalhar os direitos humanos desenvolvia sempre um olhar diferenciado para aquele público e, ao considerar o olhar individualizado para as diferentes questões que abarcavam suas vidas em sociedade, entendi que era mais necessário um olhar cuidadoso para o

bem comum. Portanto, como nosso admirável Freire (1994, p. 194) leva em consideração: “Ensinar democracia é possível, mas não é tarefa para quem se desencanta da terça para a quarta-feira somente porque as nuvens ficaram pesadas e ameaçadoras”.

Compilados de maneira simples e com grande expectativa em relação à identificação das soluções possíveis, procuro conduzir minha atuação rumo a uma educação mais humana onde, segundo Dalmás (2011, p. 133):

Assume-se a Educação de Qualidade, que se manifesta na renovação de objetivos, dos programas e da metodologia, com vistas a uma educação humana e cristã mais eficaz, na construção coletiva do saber e do agir, na priorização da conscientização, na formação sistemática dos educadores.

Ao confrontar projetos e ideias neste estudo com autores escolhidos numa sincronização de assuntos, um aspecto a ser considerado é que o processo educativo é libertador e que pode conduzir ao conhecimento crítico da realidade.

Ao propor ações derivadas de tais concepções, os resultados positivos surgiram e se multiplicaram rapidamente e, revisitar esse espaço do “Negro”, assim como outros pelos quais passei me dá a oportunidade de constatar se realmente minhas experiências individuais frutificaram.

Diante destes ideais educacionais, pretendo constatar dentro do objetivo geral, a continuidade das ações por mim desenvolvidas na Unidade Educacional em questão, sob influência da minha trajetória ainda em construção. Para evidenciar esses padrões educacionais há de se considerar que todos os saberes são ricos em aprendizagem e contribuem para o progresso da educação no ensino público.

Ainda nesta dimensão, o pressuposto fortalecimento da democracia que abre espaço para reflexão e construção coletiva será analisado como pilar que evidencia os princípios que atendem a qualidade social em atendimento

ao direito de todos. Levando em conta a relação que há entre o trabalho coletivo e relações democráticas, uma nova forma de pensamento - o pensar do que é justo, do que é mais necessário deve ser mantido.

É possível efetivamente chegar a um conjunto de propostas abonando as atuais necessidades das demandas sociais, essenciais para que a gestão democrática cumpra seu papel estratégico num espaço de ações, trocas de experiências e laboratório de inovações.

Assim, pesquisar sobre as diferentes relações que ocorrem nesta Unidade Educacional desde o acolhimento, escuta dos estudantes e da comunidade do entorno contemplam as atividades organizadas nesta linha de concepção. Revelam uma formação humana que vai em busca de uma emancipação possível, uma forma de gerir que contempla os aspectos de cooperação, parceria e responsabilidade conjunta.

Outrossim, investigar como se dá a participação destes agentes nas diferentes instâncias participativas deve redimensionar a narrativa autobiográfica, com o resgate de registros que facilitarão a consecução dos objetivos deste estudo.

Nos estudos de Hernández e Ventura (2017, p. 61) obtive fundamentação a respeito do benefício de se trabalhar com projetos almejando a aprendizagem, com os quais fiz articulações necessária: “os projetos de trabalho são uma resposta – nem perfeita, nem definitiva, nem única – para a evolução do professorado e que lhes permite refletir sobre sua própria tática e melhorá-la”. (no caso de uma unidade acompanhada pela autora).

As visitas ao CEU, foco destas pesquisas e reflexões restauraram meu potencial educativo. Tomei conhecimento de conjunturas que foram desencadeadas e desenvolvidas desde a minha vivência neste espaço tendo como base as experiências por mim propostas no referido período, dimensionando as questões desta pesquisa quanto à análise de sua transformação.

Falar sobre gestão democrática neste trabalho não resultará da compilação de estudos, mas é sobremaneira das relações estabelecidas dentro de um registro autobiográfico (caminho de vida) que busca demonstrar com narrativas, fases e etapas de uma dura realidade vivida e que só pode ser reconduzida a partir da educação emancipatória, participativa, reflexiva e potente.

Ao avaliar estas ações educacionais e fomentar alternativas que busquem garantir a efetivação do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes, espera-se que o direito à educação sem discriminação, visando o pleno desenvolvimento da pessoa e a preparação para o exercício da cidadania seja assegurado a todos.

3.3 AS RELAÇÕES COM A INCLUSÃO

A partir deste tópico, os conceitos terão direito a reflexões e serão entendidos com explicações cuidadosas. Em leitura e pesquisa sobre Freire (2020, p. 12) a respeito dos direitos das crianças, foi possível verificar o direito da palavra, pertinente nesta etapa:

Concebe a criança como sujeito de direitos, dentre os quais, o direito a dizer sua palavra. Para ele, a infância vai além de uma etapa cronológica do desenvolvimento humano; trata-se de uma condição de existência humana, portanto, uma força propulsora de vida, que não deve ser abandonada em qualquer idade.

Neste ponto é preciso contextualizar como essa participação que leva à inclusão ocorreu, pelo fato de passar por um longo período da minha existência pelo processo de rejeição, a qual chamo de “barbárie da cor”, pois quando criança fui ensinada que os negros sempre foram escravos e ponto, de modo a não existir vida anterior; que aceitamos ser escravos sem resistência e que a Princesa Isabel foi a grande libertadora. No entanto, era uma história do ponto de vista dos vencedores. Por ser uma criança negra e periférica, sempre sofri todos os tipos de humilhações e exclusões, as quais me deixaram cicatrizes e marcas profundas até hoje, tanto no corpo quanto na alma.

Encontrei nas palavras de Oliveira (2014, p. 211) uma analogia com aquele período familiar tão conturbado. Diz a autora que os familiares “podem contribuir para o equilíbrio emocional ou para o desequilíbrio durante toda a vida. Cabe, portanto, às instituições estabelecerem um diálogo aberto com as famílias, considerando-as como parceiras e interlocutoras no processo educativo infantil da criança”.

A autora acima citada ressalta também que “essas relações entre escola, família e aluno têm funções distintas, já que cada um deles apresenta suas devidas interações, suas parcelas de contribuição para o crescimento e o desenvolvimento da criança”.

Ao vivenciar todas estas fases foi possível trazer à pauta a opinião de Kramer (2008, p. 171) que nos conduz a relações intrínsecas com a afrodescendência, com as quais dialogo permanentemente: “(...) como sujeitos sociais, as crianças nascem no interior de uma classe, de uma etnia, de um grupo social.

3 CONCEITOS DE CULTURA ADMINISTRADA, INDÚSTRIA CULTURAL, EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO E TEORIA DA SEMICULTURA, DE ADORNO

Segundo Maranhão (2010), o conceito de “indústria cultural” é central no pensamento de Adorno e Horkheimer, conforme exposto em “Dialética do Esclarecimento”, onde argumentam que a cultura se transformou em uma indústria que produz bens culturais em massa, destinados ao consumo de massa, com o objetivo de lucro e manipulação social.

A indústria cultural pode ser definida como o conjunto de meios de comunicação como, o cinema, o rádio, a televisão, os jornais e as revistas, que formam um sistema poderoso para gerar lucros e por serem mais acessíveis às massas, exercem um tipo de manipulação e controle social, ou seja, ela não só edifica a mercantilização da cultura, como também é legitimada pela demanda desses produtos. (COSTA *et al.*, 2003, p. 2)

No âmbito dessa pesquisa, o viés que nos atrela ao pensamento de Adorno é que ele vê a educação como um potencial meio de

emancipação, capaz de libertar os indivíduos da opressão ideológica e da dominação social. No entanto, ele também critica a educação contemporânea por muitas vezes perpetuar a conformidade e a submissão ao status quo. (Maranhão, 2010)

A teoria da “semicultura” de Adorno (1996) descreve um estado intermediário em que os indivíduos têm acesso à cultura, mas de forma superficial e fragmentada, pois não são capazes de desenvolver uma compreensão profunda ou crítica da cultura, resultando em uma forma de consciência cultural empobrecida.

As teorias de Adorno sobre cultura administrada fornecem uma crítica poderosa da sociedade moderna e do papel da cultura dentro dela. Ele desafia os sistemas de produção cultural e educação que perpetuam a dominação e a conformidade, defendendo uma forma de cultura e educação que promova a emancipação, a autonomia e o pensamento crítico. Essas ideias permanecem relevantes para a análise crítica da sociedade contemporânea e das estruturas de poder que a sustentam. (Queiroz, 2017)

Theodor W. Adorno desenvolveu uma série de conceitos críticos sobre cultura, educação e sociedade que continuam a exercer uma influência significativa no pensamento contemporâneo. Entre os conceitos principais que ele elaborou, destacam-se a cultura administrada, a indústria cultural, a educação e emancipação, e a teoria da semicultura. (LIMA; SANTOS, 2017)

A “cultura administrada” é um conceito que descreve a maneira como a cultura, na sociedade moderna, é sistematicamente gerida e controlada pelas instituições dominantes. Adorno (1996) argumenta que, no contexto do capitalismo avançado, a cultura se transforma em um produto padronizado e comercializado, destinado a manter o status quo e a evitar qualquer forma de crítica ou resistência.

Sob o poder do monopólio, toda cultura de massas é idêntica, e seu esqueleto, a ossatura conceitual fabricada por aquele, começa a se delinear. Os dirigentes não estão mais sequer muito

interessados em encobri-lo, seu poder se fortalece quanto mais brutalmente ele se confessa de público. O cinema e o rádio não precisam mais se apresentar como arte. A verdade de que não passam de um negócio, eles a utilizam como uma ideologia destinada a legitimar o lixo que propositadamente produzem. Eles se definem a si mesmos como indústrias, e as cifras publicadas dos rendimentos de seus diretores gerais suprimem toda dúvida quanto à necessidade social de seus produtos. (HORKEIMER, 1985, p. 114)

A questão da semiformação é apresentada por Adorno (1996) é altamente complexa e demanda grande esforço teórico para compreender sua gênese e respectivas condições que permitiram sua ascensão à “forma dominante da consciência atual”. Para o autor, a cultura está constantemente em um estado de conflito entre um distanciamento excessivo da realidade e uma completa absorção na prática. Alcançar um equilíbrio entre esses dois extremos é raro e, quando alcançado, é frágil.

Semiformação (Halbbildung) é a determinação social da formação na sociedade contemporânea capitalista. Na perspectiva de Adorno, a sociedade deve ser apreendida em seu processo de reprodução material como reificação, mediação socialmente invertida. Cabe à teoria ir além do momento subjetivo da coisificação, ao decifrar as determinações objetivas da subjetividade. Não basta só revelar o sujeito por trás da reificação: ele é também socialmente determinado na adequação ao vigente, como sujeito que se sujeita e não experiencia as contradições sociais da produção efetiva da sociedade, ocultas ideologicamente na ordem social imposta pela indústria cultural. A educação não é idealista, para a emancipação, mas dialeticamente baseada na crítica à semiformação real e se orienta por possibilidades presentes, embora não concretizadas, na experiência das contradições da formação social efetiva. (MAAR, 2003, p. 459)

Para Maar (2003), a divulgação de bens culturais por meio da mídia de massa sob o viés elitista não se trata de democratização do saber e da cultura, mas é classificada por Adorno como uma ideologia comercial pseudodemocrática.

A sociedade de massas talvez fosse melhor “sociedade massificada” seria a

forma social vigente assumida pela formação social em seu processo de reprodução na subsunção real e totalizante ao capital. Nessa subsunção se embaralha a contraditória estrutura da sociedade de classes, confundindo sua aparente nitidez objetiva e promovendo uma conciliação. “Toda sociedade ainda é de classes”, diria Adorno no ensaio *Sociedade*; mas “subjetivamente encoberta, a diferença de classes cresce objetivamente” (Adorno, 1979, p. 15). A perspectiva dos interesses de classe ficaria prejudicada. Ante a ineficácia da ancoragem empírica dos interesses de classe, obnubilados na sociedade vigente, poder-se-ia enquadrá-los como construção ideal, elaborando culturalmente a situação de inserção objetiva no processo produtivo. (MAAR, 2003, p. 461)

O processo de divulgação da cultura já é em si ideologizada, pois já não se mostra emancipadora e sim como conservadora e legitimadora do poder da elite vigente, ou seja, como mera cópia afirmativa:

Deste prisma se distingue o foco da Teoria Crítica, em especial a perspectiva de Adorno, que não se baseia em uma idealização a ser realizada, mas se apóia na decifração crítica do presente já realizado e se realizando, no processo de reprodução apreendido como construção material-histórica determinada em sua forma social, num contexto de continuidade. A cultura tematizada no presente já não seria apreendida como ideal emancipadora, mas real conservadora ou “afirmativa”. Como resultado, legitimaria a sociedade imperante, que reconstrói como “cópia” ordenada de modo estritamente afirmativo. (MAAR, 2003, p. 462)

Os costumes, valores, hábitos, as práticas sociais, as experiências, interferem em suas ações e nos significados que atribuem às pessoas, às coisas e às relações”. Adorno e Horkheimer (1973) em seus estudos sobre o preconceito concluem que vários fatores: os psicológicos, interesses políticos e econômicos, contribuíram para ideias racistas e assim se formam os conceitos racialistas de entender o outro.

Agregada a esta explicação, os estudos de Almeida (2017, p. 92) vêm mostrar que o racismo é um processo estrutural e também histórico, com o qual luto permanentemente:

Desse modo, não se pode compreender o racismo apenas como derivação automática dos sistemas econômico e político. A especificidade da dinâmica estrutural do racismo está ligada às peculiaridades de cada formação social. Apesar das similaridades quanto a aspectos como a economia, o Estado e o direito (formas sociais), cada sociedade possui uma trajetória singular que dá ao econômico, ao político e ao jurídico, particularidades que só podem ser apreendidas quando da observância da experiência histórica (formações sociais).

Um ponto importante e categórico traz Schwarcz (2015, p. 113): a escravidão foi mais que um sistema econômico, foi uma linguagem que “moldou condutas, definiu desigualdades sociais, fez de raça e cor marcadores de diferença fundamentais, ordenou etiquetas de mando e obediência e criou uma sociedade condicionada pelo paternalismo e por uma hierarquia estrita”.

A visão de Kramer (*apud* Brasil, 2006, p. 17) mostra que é preciso considerar a diversidade em todos os aspectos sociais, culturais e políticos no Brasil: “as nações indígenas, suas línguas e seus costumes; a escravidão das populações negras; a opressão e a pobreza de expressiva parte da população; o colonialismo e o imperialismo que deixaram marcas diferenciadas no processo de socialização de crianças e adultos”. A autora acima citada ainda analisa com brilhantismo porque as condições socioeconômicas interferem no desenvolvimento da criança:

Considerar, simultaneamente, a singularidade da criança e as determinações sociais e econômicas que interferem na sua condição, exige reconhecer a diversidade cultural e combater a desigualdade de condições e a situação de pobreza da maioria de nossas populações com políticas e práticas capazes de assegurar igualdade e justiça social. Isso implica garantir o direito a condições dignas de vida, à brincadeira, ao conhecimento, ao afeto e a interações saudáveis.

É de suma importância compreender que esse processo de exclusão educacional dos afrodescendentes mudou somente as formas e os meios, contudo esse passado escravista permanece subentendido nos dias atuais.

Schwarcz e Sterling (2015, p. 500) comentaram com propriedade sobre esse processo interminável:

[...] essa marca continua presente ainda nos dias de hoje, na nossa arquitetura (“nos minúsculos” quartos “de empregada” ou nos elevadores de serviço - na verdade para serviçais), no nosso vocabulário, nas práticas cotidianas de discriminação social e racial ou de culpabilização dos mais pobres, com frequência negros. A própria definição de escravo já significava a negação dos direitos fundamentais de liberdade e igualdade. Escravo, juridicamente, é o indivíduo destituído de direitos, ou, na definição clássica: *servus non habet personam* - aquele que não tem nome, nem sobrenome ou passado. Um indivíduo que não tem origem: é um estrangeiro em qualquer lugar.

Para Adorno (1975, p. 64) a definição da personalidade como elemento que constitui o ser humano faz toda a diferença: “O critério de personalidade é, em geral, poder e força; domínio sobre pessoas; quer sejam esses atributos possuídos em virtude de sua posição, quer sejam obtidos graças a uma especial ambição de poder devido à sua conduta ou à assim chamada irradiação pessoal”.

As pesquisas do fenômeno denominado de “Indústria Cultural” cabem neste contexto no sentido de explicar a perda de referência do afrodescendente e para onde o indivíduo vai tornar-se mera mercadoria e passa a ser mera repetição já que a sociedade burguesa só valoriza a aparência. A formação cultural deixa de ser intelectual e passa a ser material, que na dialética do esclarecimento, Adorno e Horkheimer (1985, p. 113) trabalham com essa discussão: “a cultura contemporânea confere a tudo um ar de semelhança”.

O pensamento de Adorno (1985, p. 113), situa que:

A indústria cultural não é democrática, ela se submeteu a dominação da técnica que é usada pelos meios de comunicação de forma original e criativa que impede o homem de pensar de forma crítica, de imaginar, adestrando consciências, que fazem com que o que é transformado para efeitos comerciais sejam convertidos como um entretenimento para todos.

Em outro estudo, não menos importante, Almeida (2018, p. 27) dispõe este parecer sobre o racismo: “O racismo não se resume apenas a comportamentos individuais, resulta também do próprio funcionamento das instituições que conferem vantagens e privilégios com base na raça.” Existe uma classificação dilacerante no Brasil que tira, de certa forma, a esperança dos que possuem piores condições de vida, neste caso, aponta-se quase sempre para a população negra. Esse “discriminar” racial está presente na classificação de cor do brasileiro, conforme menciona Aquino (1998, p. 74):

No Brasil, a classificação é de cor, não é dicotômica (branco versus negro) e fluída, não sendo determinada exclusivamente pela origem, havendo assim, a possibilidade de passagem da “linha de cor” em decorrência da combinação fenotípica e do status social do indivíduo. Isso se traduz pelo ditado “o dinheiro embranquece”.

E esse poder rege a sociedade numa complexa variedade de facetas e, de acordo com que dissertam Adorno e Horkheimer (2021, p. 2):

Pode-se dizer que ele é o principal precursor da desigualdade; o poder está de um lado, a obediência de outro (...). Aquilo que acontece a todos por obra e graça de poucos realiza-se sempre como a subjugação dos indivíduos por muitos: a opressão da sociedade tem sempre o caráter da opressão por uma coletividade. E o esclarecimento nada fez para deter a insegurança e tornar o mundo mais igual.

Obtive muitas conquistas no território, porque respeitava a cultura de todos. Minhas inspirações tinham a marca forte da conquista. Uma delas foi pela escola de Frankfurt, sobretudo Theodor Adorno (2006), ao autenticar que a gestão democrática é fator necessário para defesa de uma educação de abraços, de sensibilidade e de valorização da autoestima na busca de espaços de organização das camadas populares, dando voz aos excluídos, material que caberá numa próxima etapa destes estudos.

4 CONCLUSÃO

Esta pesquisa se presta a uma leitura sobre os Centros Educacionais Unificados (CEUs) da cidade de São Paulo, criados com recursos,

espaços e equipamentos com fins educacionais e socioculturais para os estudantes da periferia.

O problema de pesquisa central é: como se dá a atuação de uma equipe gestora na perspectiva de práticas vinculadas à gestão democrática, de modo a efetivar os atendimentos/ofertas à população que frequenta o CEU Aricanduva? A hipótese principal é que a atuação da equipe gestora de um CEU começa pelo modo como cuida da constituição do Conselho Gestor e da Associação de Pais e Mestres, Servidores, Usuários e Amigos dos Centros Educacionais Unificados (APMSUAC).

O objetivo geral desta pesquisa é analisar as ações propostas pelos gestores desses equipamentos e sua relação com o desenvolvimento da gestão democrática, verificando como essa forma de gestão contribui para o desenvolvimento da gestão pública. Os objetivos específicos incluem: descrever a atuação da equipe gestora do CEU Aricanduva em perspectiva democrática na efetivação de atendimentos/ofertas aos usuários do equipamento; identificar como são constituídas e acompanhadas as instâncias participativas da gestão, como o Conselho Gestor e a APMSUAC; e avaliar como se promove o protagonismo de bebês, crianças, jovens, adultos e idosos nos espaços dos CEUs.

A análise das teorias de Theodor W. Adorno sobre a cultura administrada, a indústria cultural, a educação e emancipação, e a semiformação, oferece uma crítica profunda da sociedade contemporânea e suas estruturas de poder. Adorno argumenta que a cultura, na era do capitalismo avançado, se tornou um mecanismo de controle social, projetado para manter o status quo e impedir a resistência crítica. A mercantilização da cultura, resultando em homogeneidade cultural e passividade dos consumidores, é central na crítica de Adorno.

Adorno vê a educação como uma potencial via de emancipação, mas critica o sistema educacional por frequentemente perpetuar a conformidade ao invés de fomentar o pensamento crítico e a autonomia. Ele defende

uma educação que desenvolva a capacidade crítica e reflexiva dos indivíduos, capacitando-os a questionar e transformar a sociedade.

A teoria da semiformação descreve um estado onde os indivíduos têm acesso à cultura de maneira superficial, impedindo uma compreensão profunda e crítica. Esta condição resulta em uma consciência cultural empobrecida, caracterizada pela superficialidade e pelo fetichismo cultural.

As teorias de Adorno continuam a ser relevantes para a análise crítica da sociedade moderna, desafiando-nos a repensar as maneiras pelas quais a cultura é produzida, consumida e utilizada para fins sociais e políticos. A aplicação desses conceitos ao contexto dos CEUs sugere que, para alcançar uma verdadeira gestão democrática e uma educação emancipadora, é essencial promover a diversidade cultural, valorizar a educação crítica e reflexiva, e combater a superficialidade da semiformação.

Entende-se que a gestão democrática não se faz presente em todas as unidades dos CEUs. Contudo, o modelo de gestão dos CEUs, quando bem implementado, tem o potencial de promover uma educação de qualidade social, reforçando o desenvolvimento comunitário e a cidadania. Este estudo contribui para a compreensão dos desafios e das possibilidades de se alcançar uma gestão democrática efetiva nos CEUs, e, por extensão, em outras iniciativas de políticas públicas educacionais e socioculturais.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. Teoria da Semicultura. *Gesammelte Schriften*, Band 8. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1972-80. Tradução de Newton Ramos-de-Oliveira, Bruno Pucci e Cláudia B. M. de Abreu. A revisão definitiva, feita pelo mesmo grupo, contou também com a colaboração de Paula Ramos de Oliveira. Publicado na Revista "Educação e Sociedade" n. 56, ano XVII, dezembro de 1996, pág. 388-411. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/adorno/ano/mes/teoria.htm>. Acesso em: 15 jul. 2024.

ALVIM, Maria Isabel da Silva Azevedo. *Gestão Escolar e Políticas Educacionais*. São Paulo: Cortez, 2005.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 05.10.1988.

CAMPOS, G.S. O Enfoque da Gestão Democrática da Escola no Canal Educativo TV Escola. Dissertação de

Mestrado em Educação. Brasília; Universidade de Brasília, 2007. 134 p.

CHAGAS, Ivan Luis Gomes e Rafael Souza. A escassez dos espaços na periferia da cidade de São Paulo como fator limitante para a construção de novos Centros Educacionais Unificados (CEUs). 2009. Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/79.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2024.

COPEL. São Paulo (SP). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. *Currículo da cidade: Educação Infantil*. São Paulo: SME / COPEL, 2019. 224p.

DALBERIO, M.C.B. Gestão democrática e participação na escola pública popular. *Revista Iberoamericana de Educación*. n.º 47/3 – 25 de octubre de 2008.

FIGLIOLINO, Simone Aparecida Preciozo. Centro Educacional Unificado (CEU): concepções sobre uma experiência. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação: Currículo) – Programa de Pós-graduação, Pontifícia Universidade Católica – PUCSP, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/9819/1/Simone%20Aparecida%20Preciozo%20Figliolino.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2024.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

GADOTTI, Moacir. A escola na cidade que educa. *Cadernos.cenpec*. v. 1, n. 1 (2006). Disponível em: <https://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/160>. Acesso em: 7 Jul. 2024.

GADOTTI, Moacir. *Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios*. São Paulo: Cortez, 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática*. 5. ed. São Paulo: Alternativa, 2008.

LIMA, Bruna Della Torre de Carvalho; SANTOS, Eduardo Altheman Camargo. Socialização e dominação: a Escola de Frankfurt e a cultura. *Tempo social*, v. 30, n. 3, p. 123-141, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/xpCPVxS5JVjgJmthpyQF3D/?lang=pt#>. Acesso em: 15 jul. 2024.

LUCE, M.B.; MEDEIROS, I.L.P. *Gestão Democrática Escolar*. Portal Educação. 2008. Disponível em: . Acesso em: 7 Jul. 2024.

MAAR, Wolfgang Leo. Adorno, semiformação e educação. *Educação & Sociedade*, v. 24, p. 459-475, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/zwmw6CFVH4zMQ9RW8zvGvMf/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 15 jul. 2024.

MACEDO, Sandra Regina Brito de. *Relações de poder na equipe gestora do Centro Educacional Unificado (CEU): entre diretrizes, interditos e resistências*. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, University of São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: Doi:10.11606/T.48.2019.tde-04112019-174526. Acesso em: 15 jul. 2024.

MARANHÃO, Carolina Machado Saraiva de Albuquerque. *Indústria cultural e semiformação análise crítica da formação dos administradores*. 2010. 250 f. Tese (Doutorado em Administração) – Centro de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração – Área de

Concentração: Estudos Organizacionais, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-99VJAZ/1/tese_carolina_machado_saraiva_de_albuquerque_maranh_o.pdf. Acesso em: 15 jul. 2024.

PARO, Vitor Henrique. Gestão Democrática da Escola Pública. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

PINTO, José Marcelino de Rezende. O custo de uma educação para a democracia. Revista Linhas. Florianópolis, v. 24, n. 54, p. 32-53, jan./abr. 2023. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/download/23422/15277/93406>. Acesso em: 22 jun. 2024.

QUEIROZ, Luciana Molina. Utopia negativa e catástrofe: a arte como negação determinada da cultura administrada na estética de Adorno. Griot: Revista de Filosofia, v. 15, n. 1, p. 157-172, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5766/576664563010/576664563010.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2024.

ROGGERO R.; BIOTO-CAVALCANTI, P. A. Os Centros Educacionais Unificados: uma proposta educacional integradora. Dialogia, São Paulo, n. 25, p. 17-26, jan./abr. 2017. [Entrevista]. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/download/7373/3478/42983> Acesso em: 30 jun. 2024.

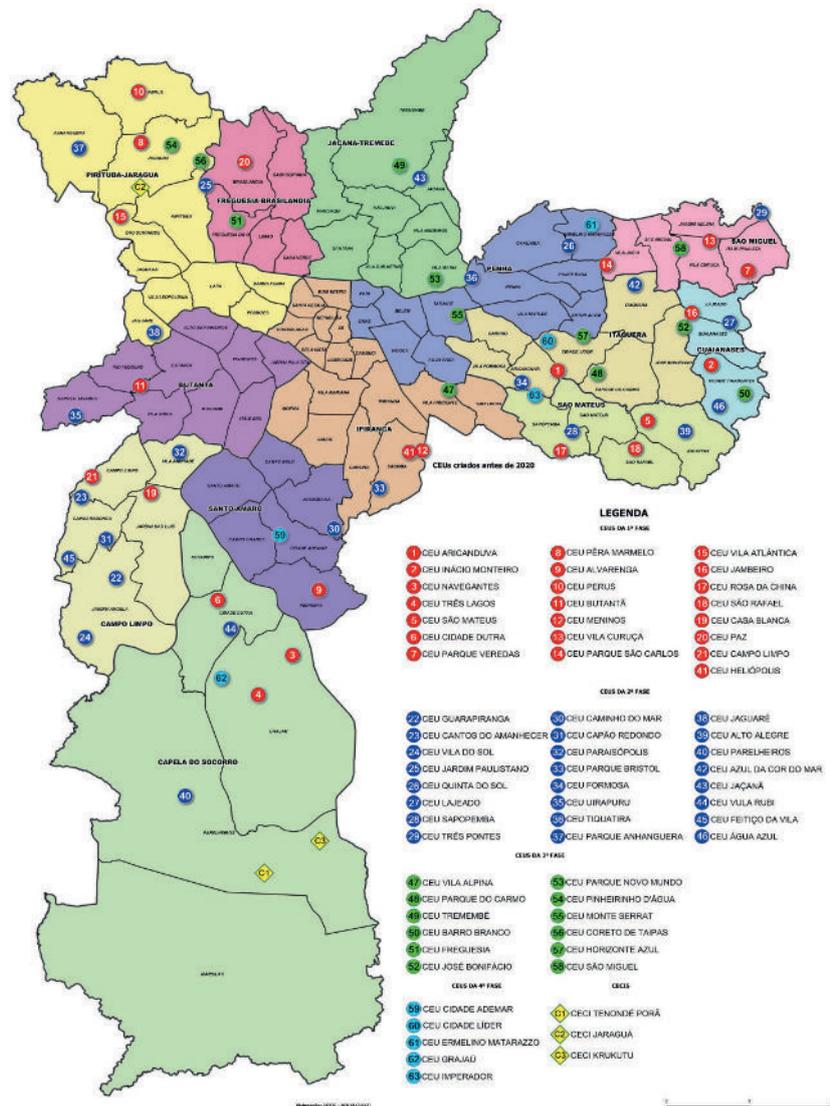
ROSÁRIO MOTA, Pamela Maria do; SILVA BERNADO, Elisângela da. Ministério Público e Gestão Democrática em cena: tessituras sobre o processo seletivo de diretores escolares em Duque de Caxias (RJ). Educação, p. e74/1-30, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducao/article/view/67951>. Acesso em: 2 jul. 2024.

SANCHES, Ydeliz Coelho de Souza. A gestão do Centro Educacional Unificado (CEU) da cidade de São Paulo. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-02102014-155242/pt-br.php> Acesso em: 30 jun. 2024. Doi:10.11606/T.48.2014.tde-02102014-155242.

SANTOS, I.P.L. A gestão democrática da escola: as relações político-pedagógica do coletivo docente e seu gestor. Salvador: UNEB, 2011. 57f.

SINESP. Anexo I – Referências para Elaboração do Plano de Trabalho. 2024. Disponível em: <https://www.sinesp.org.br/multimidia/publicacoes-sinesp/category/47-legislacao-geral?download=7618:edital-de-chamamento-publico-sme-coceu-diesp-n-01-2024>. Acesso em: 30 jun. 2024.

ANEXO





Revista **a EVOLUÇÃO** 54 Maio 2018 ISSN 2675-2573

Percebi a força do teatro com as crianças...

Alexandre Gatti

www.primeiraevolucao.com.br

ABEC INI Crossref

doi <https://doi.org/10.52078/issn2675-2573.rpe.54>

ORGANIZAÇÃO:
Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

André Alves de Albuquerque
Antônio Raimundo Pereira Medrado
Fernanda Jaquelina Irineu Holanda
Francisca Francineuma de Lima
Graziela de Carvalho Monteiro
Herbert Madeira Mendes
Janaina Pereira de Souza
Jéssica Midori Ninomiya Ribeiro
Joseneide dos Santos Gomes
Maria Aparecida da Silva
Maria de Fátima Costa Rocha
Maria de Fátima de Brum Cavalheiro
Mário António Tulumba
Nelson Marcos Correia Pedro
Roseli Marcelli Santos De Carvalho
Rosinalva de Souza Lemes
Sílvia Harue Yogui
Simone de Cássia Casemiro Bremecker
Tavares dos Santos Muhongo
Viviane de Cássia Araujo
Wilder Dala Quinjango
Wivian Linares de Souza



Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres



Platform & workflow by OJS / PKP

www.primeiraevolucao.com.br

